



Nota de Abertura

A Cidadania não é facultativa

Escrevo este texto no dia seguinte às eleições para o Parlamento Europeu. Há quem tenha escrito que foi uma noite de vitória da abstenção. A abstenção nunca é vitoriosa, é sempre uma derrota da democracia. Há uma reflexão profunda a fazer por parte dos partidos políticos. Mas quando sabemos que a abstenção tende a ser bastante mais alta entre os mais jovens, temos de concordar que esta também é uma reflexão a ser feita pelos sistemas educativos.

É função da escola transmitir os conhecimentos que capacitam para uma ação consciente e para que a tomada de decisão seja assente no saber e não na desinformação ou no “achismo”. Por isso, é função da escola educar para a cidadania.

Os temas do ambiente, da sustentabilidade, dos direitos humanos, das instituições e participação democrática, da saúde, da igualdade de género, do risco, da literacia de informação e para os media, entre outros, não são pormenores na educação das crianças e dos jovens. São os temas que garantem a sua capacidade de optar em liberdade, naquela liberdade que só o conhecimento sustenta. Demitir-se de conhecer estes temas é prescindir da capacidade de decidir. É fomentar a abstenção como militância desinteressada e individualista.

Por isso foi opção do Governo incluir a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento como uma dimensão obrigatória das aprendizagens dos alunos e como instrumento para o cumprimento do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Falamos de componente curricular e não de disciplina, porque a sua operacionalização não se esgota em 45 ou 50 minutos semanais distribuídos ao longo do ano. Pode e deve entrelaçar-se com outras componentes curriculares, para que as aprendizagens não sejam uma mera lista de temas, mas sim instrumentos para o desenvolvimento pessoal. Deve, sobretudo, ser construída em práticas coerentes de gestão participada e envolvente. O Decreto-Lei 55/2018 convida as escolas a criarem instâncias regulares de auscultação dos alunos sobre as opções pedagógicas construídas. E muitas são as escolas que criaram conselhos consultivos de alunos, reforçaram a presença de alunos nos Conselhos Gerais ou passaram a promover assembleias regulares de estudantes. O testemunho de várias escolas nesta NOESIS cumpre o objetivo que assistiu ao relançamento desta publicação em 2016: dar voz às escolas e às suas práticas e

fomentar o trabalho em rede e partilha de experiências que tem vindo a ser dinamizada pela DGE e pelos CFAE. A participação de várias Organizações Não Governamentais nesta publicação atesta o que tem sido o seu envolvimento na implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e, sobretudo, o quão fundamental é uma abordagem comunitária, com o contributo do saber que está em tantos que trabalham pelos direitos há tanto tempo.

Alguns alegam que a Cidadania e Desenvolvimento é um instrumento de “ideologização” ou de “doutrinação”. São os que tentam importar para Portugal a infeliz ideia da escola sem ideologia, como se isso não fosse apenas a receita para introduzir uma ideologia alienante muito particular e que, tantas vezes, é legitimadora do discurso do ódio.

Assumimos que a cidadania é currículo e que a opção de outros que a colocaram como facultativa continha uma mensagem poderosa e terrível: há espaço para a cidadania se sobrar tempo. Não é assim tão importante como o resto que se aprende. Da mesma forma que a praia, o jogo de futebol, a preguiça, a indiferença ou a desresponsabilização descontente se tornaram mais importantes do que a participação democrática. Se sobrar tempo ou apetecer, vota-se. Porque a cidadania não é facultativa e a participação é a garantia da sobrevivência da liberdade e da democracia, temos escolas, como as que aqui dão o seu testemunho, empenhadas na formação integral dos alunos, capacitando-os contra a indiferença que legitima que os outros falem por si, sem notarem que estão a perder a voz.

João Costa, Secretário de Estado da Educação